



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 371/2024

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2024

**VALIDADE**  
**15/10/2025**

Homologado aos 14 dias do mês de Outubro de 2024, de um lado o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**, com sede na avenida mato grosso, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 24.772.287/0001-36, neste ato, representado pelo(a) **Ordenador(a) de Despesa , Sr(a). RAFAEL MACHADO**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 50604225773 SSP/RS e inscrito no CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na RUA CAQUI, bairro JARDIM ALVORADA nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2024**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

**1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT., o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÃO "REPETIDORA VHF", de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	CNPJ
ISABELA COSTA DAINESI	30.733.876/0001-08
Endereço	Nº
AVENIDA ANA COSTA - ATÉ 341 - LADO ÍMPAR	79
Bairro	
GONZAGA	
Cidade	CEP
SANTOS/SP	11060001
Email	Telefone
murilo@motoradiosantos.com	
Representante Legal	CPF
ISABELA COSTA DAINESI	420.531.688-70

#### 1 - LOTE 001

SEQ.	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	50682	ANTENA COLINEAR, CONJUNTO DE DIPOLOS 4 ELEMENTOS + GÔNDOLA – FREQUÊNCIA 148-156 MHZ - COMPATÍVEL A MARCA STEELBRAS. SÃO ANTENAS BASE QUE OPERAM NA FAIXA DE VHF DO TIPO COLINEAR COM DIPOLO DOBRADO. CONSTRUÍDAS EM ALUMÍNIO E CABO COAXIAL. APRESENTAM D Detalhamento: ANTENA COLINEAR, CONJUNTO DE DIPOLOS 4 ELEMENTOS + GÔNDOLA – FREQUÊNCIA 148-156 MHZ - COMPATÍVEL A MARCA STEELBRAS. SÃO ANTENAS BASE QUE OPERAM NA FAIXA DE VHF DO TIPO COLINEAR COM DIPOLO DOBRADO. CONSTRUÍDAS EM ALUMÍNIO E CABO COAXIAL. APRESENTAM DIAGRAMA DE IRRADIAÇÃO COM BAIXO ÂNGULO DO LÓBULO PRINCIPAL, PROPORCIONANDO EXCELENTE COBERTURA DE SINAL E DESEMPENHO DAS ESTAÇÕES REPETIDORAS. COMPATÍVEL OU	UN - UNIDADE		3,00	3.463,5900	10.390,77

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

8	50683	SUPERIOR A MARCA STEELBRAS. DIVISOR DE POTÊNCIA, DIVISOR DE POTÊNCIA VHF 134 – 174 MHZ 2 VIAS - O DIVISOR DE POTÊNCIA POR SER CONSTRUÍDO COM MATERIAIS DE ALTA QUALIDADE, TAIS COMO LATÃO, COBRE E TEFLON, GARANTE CONFIABILIDADE AO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO. O ACABAMENTO NIQUELADO PR Detalhamento: DIVISOR DE POTÊNCIA, DIVISOR DE POTÊNCIA VHF 134 – 174 MHZ 2 VIAS - O DIVISOR DE POTÊNCIA POR SER CONSTRUÍDO COM MATERIAIS DE ALTA QUALIDADE, TAIS COMO LATÃO, COBRE E TEFLON, GARANTE CONFIABILIDADE AO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO. O ACABAMENTO NIQUELADO PROPORCIONA MELHOR DESEMPENHO E ESTABILIDADE ELÉTRICA, ALÉM DE MAIOR DURABILIDADE E PROTEÇÃO CONTRA INTEMPÉRIES. COM ESTE DISPOSITIVO É POSSÍVEL CONECTAR DUAS ANTENAS EM UM MESMO CABO COAXIAL E OPERAR DE FORMA BI-DIRECIONAL. POSSUI EXCELENTE BALANÇO DE POTÊNCIA E FASE, ALÉM DE MANTER AS IMPEDÂNCIAS DE TODAS AS PORTAS EM 50 OHMS. COMPATÍVEL OU SUPERIOR COM A MARCA STEELBRAS	UN - UNIDADE	1,00	1.425,0000	1.425,00
4	50684	CABO CELLFLEX, CABO CELLFLEX DLCR12 - OS CABOS COAXIAIS POSSUEM DIVERSAS APLICAÇÕES E ENTRE ELAS ESTÃO À INTERLIGAÇÃO DE SINAIS DE RÁDIO FREQUÊNCIAS, SISTEMAS DE TELEFONIA CELULAR, ESTAÇÕES DE RÁDIO BASE, SINAIS DE TELEMETRIA, INFORMÁTICA/INTERNET, T Detalhamento: CABO CELLFLEX, CABO CELLFLEX DLCR12 - OS CABOS COAXIAIS POSSUEM DIVERSAS APLICAÇÕES E ENTRE ELAS ESTÃO À INTERLIGAÇÃO DE SINAIS DE RÁDIO FREQUÊNCIAS, SISTEMAS DE TELEFONIA CELULAR, ESTAÇÕES DE RÁDIO BASE, SINAIS DE TELEMETRIA, INFORMÁTICA/INTERNET, TRANSMISSORES E RECEPTORES DE RÁDIO/TV, SATÉLITES, ENLACES, TELEFONIA RURAL E CENTRAIS DE TELECOM. VANTAGENS: PRODUTOS HOMOLOGADOS PELA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) SEGUINDO RIGOROSAMENTE OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS EM NORMA. ATO Nº 962 PARA OS CABOS COAXIAIS FLEXÍVEIS DE 50 OHMS OU 75 OHMS E ATO Nº 960 PARA CABOS COAXIAIS SEMIRÍGIDOS DE 50 OHMS GRAVAÇÃO DUPLA DA METRAGEM NA CAPA EXTERNA, QUE FACILITA O CONTROLE DE ESTOQUE. NOS CABOS PRODUZIDOS EM EXPANSÃO, DIELETRICO COMPOSTO POR TERMOPLÁSTICO DE ALTA PERFORMANCE PARA TRANSMISSÃO DE SINAL (PEC). FABRICADOS COM EQUIPAMENTO DE ÚLTIMA GERAÇÃO, GARANTINDO A CONCENTRICIDADE ENTRE CONDUTORES E ÓTIMO DESEMPENHO NOS RESULTADOS ELÉTRICOS. COMPATÍVEL OU SUPERIOR COM O MODELO DATALINK.	UN - UNIDADE	100,00	126,1900	12.619,00
5	50685	CONECTOR COAXIAL TIPO N MACHO - DLCR12 ENCAIXE / CLAMP RG213 SOLDA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - IMPEDÂNCIA: 50/75 OHMS - FREQUÊNCIA: 0-11 GHZ - TENSÃO: 1500 V PICO - RIGIDEZ DIELETRICA: 2500 V RMS - VSWR: 1,3 MAX NA FAIXA 0-11 GHZ - RESISTÊNCIA DE CON Detalhamento: CONECTOR COAXIAL TIPO N MACHO - DLCR12 ENCAIXE / CLAMP RG213 SOLDA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - IMPEDÂNCIA: 50/75 OHMS - FREQUÊNCIA: 0-11 GHZ - TENSÃO: 1500 V PICO - RIGIDEZ DIELETRICA: 2500 V RMS - VSWR: 1,3 MAX NA FAIXA 0-11 GHZ - RESISTÊNCIA DE CONTATO: CENTRAL(1,0 MOHM) - EXTENSO(0,2 MOHM) – CORPO(0,1 MOHM) - FUGA DE RF: -90DB MÍNIMO EM 3 GHZ - PERDA POR INSERÇÃO: 0,2 DB MÁXIMO EM 10 GHZ - RESISTÊNCIA DE ISOLAÇÃO: 5GOHMS (MÍNIMO) - OS CONECTORES DA SÉRIE N SÃO FABRICADOS DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NORMA IEC 169-12.	UN - UNIDADE	7,00	72,0000	504,00
13	50686	REPETIDOR DIGITAL VHF, SISTEMA DE DESPACHO, UMA SOLUÇÃO BACK-TO-BACK PARA COMUNICAÇÃO ENTRE BANDAS DE FREQUÊNCIAS (CRUZADAS). OFERECE INTERCONEXÃO FLEXÍVEL, COBERTURA AMPLA, CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO ANALÓGICO E DIGITAL. COBERTURA ESTENDIDA COM SENSIBIL Detalhamento: REPETIDOR DIGITAL VHF, SISTEMA DE DESPACHO, UMA SOLUÇÃO BACK-TO-BACK PARA COMUNICAÇÃO ENTRE BANDAS DE FREQUÊNCIAS (CRUZADAS). OFERECE INTERCONEXÃO FLEXÍVEL, COBERTURA AMPLA, CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO ANALÓGICO E DIGITAL. COBERTURA ESTENDIDA COM SENSIBILIDADE RX APRIMORADA, PORTA ETHERNET PERMITE ACESSO A REDES IP. OFERECE CONEXÃO SEM FIO ENTRE DOIS SISTEMAS QUANDO NÃO HÁ LINK IP. API ABERTO -	UN - UNIDADE	2,00	31.270,0000	62.540,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		FORNECIDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS PARA CUMPRIR REQUISITOS DE PERSONALIZAÇÃO. CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO ANALÓGICO E DIGITAL - COMPATÍVEL COMO MODO DE CANAL MISTO. DETECTA O SINAL RECEPTOR E ALTERNA AUTOMATICAMENTE ENTRE MODO ANALÓGICO E DIGITAL. FAIXA DE FREQUÊNCIA - CAPACIDADE DE CANAL 64 - ESPAÇAMENTO DE CANAL 12.5 KHZ/20 KHZ/25 KHZ - TENSÃO DE OPERAÇÃO - DC: 13,6 V +/- 15%, AC: 100-240 V - CONSUMO DE CORRENTE (DC) EM ESPERA: MENOR 0,9 A ; TRANSMITINDO: MENOR 12 A - CONSUMO DE CORRENTE (AC) EM ESPERA: MENOR 0,35 A; TRANSMITINDO: MENOR 1,2 A - ESTABILIDADE DE FREQUÊNCIA MENOR +/- 0,5 PPM - IMPEDÂNCIA DA ANTENA 50 - CICLO DE TRABALHO 100% - REDE MODO CONVENCIONAL: TRUNKING LITE DIGITAL					
3	50687	BATERIA ESTACIONARIA, AS BATERIAS SÃO EXTREMAMENTE DURÁVEIS E PODEM SER UTILIZADAS PARA DIVERSOS FINS, NORMALMENTE AS BATERIAS ESTACIONÁRIAS SÃO MUITO UTILIZADAS POR CENTRAIS TELEFÔNICAS, ENERGIA SOLAR E EÓLICA, NOBREAK, MONITORAMENTO REMOTO, ALARMES Detalhamento: BATERIA ESTACIONARIA, AS BATERIAS SÃO EXTREMAMENTE DURÁVEIS E PODEM SER UTILIZADAS PARA DIVERSOS FINS, NORMALMENTE AS BATERIAS ESTACIONÁRIAS SÃO MUITO UTILIZADAS POR CENTRAIS TELEFÔNICAS, ENERGIA SOLAR E EÓLICA, NOBREAK, MONITORAMENTO REMOTO, ALARMES ENTRE OUTROS. TENSÃO: 12V - C-10 : 138AH C-20 : 150AH C-100 : 165AH - TENSÃO DE FLUTUAÇÃO : DE 13,4 A 13,8V @ 25 °C - TENSÃO DE CARGA : DE 14,4 A 14,8V @ 25 °C - TENSÃO DE EQUALIZAÇÃO : DE 15,2 A 15,8V @ 25 °C - GARANTIA: 24 MESES - DIMENSÕES ( C X L X A ) : 508 X 215 X 250MM - BATERIA ESTACIONARIA 150 AH COMPATÍVEL OU SUPERIOR A MARCA BOSCH.	UN - UNIDADE		2,00	2.342,0000	4.684,00
7	50688	CONTROLADOR DE CARGA, O CONTROLADOR DE CARGA É INSTALADO ENTRE O MÓDULO FOTOVOLTAICO E A BATERIA, É O DISPOSITIVO UTILIZADO PARA GERENCIAR E CONTROLAR O PROCESSO DE CARGA E DESCARGA DO BANCO DE BATERIAS. PROTEGENDO, OTIMIZANDO E PROLOGANDO A VIDA ÚTI Detalhamento: CONTROLADOR DE CARGA, O CONTROLADOR DE CARGA É INSTALADO ENTRE O MÓDULO FOTOVOLTAICO E A BATERIA, É O DISPOSITIVO UTILIZADO PARA GERENCIAR E CONTROLAR O PROCESSO DE CARGA E DESCARGA DO BANCO DE BATERIAS. PROTEGENDO, OTIMIZANDO E PROLOGANDO A VIDA ÚTIL DA BATERIA. - COM A AVANÇADA TECNOLOGIA DE RASTREAMENTO DO PONTO DE MAIOR POTÊNCIA DO MÓDULO FOTOVOLTAICO, OS CONTROLADORES MPPT ASSEGURAM O MÁXIMO APROVEITAMENTO DA ENERGIA GERADA PARA O SISTEMA OFF GRID. - TECNOLOGIA: MPPT - FÁCIL INSTALAÇÃO - DISPLAY AMIGÁVEL E COM OPERAÇÕES INTUITIVAS - SAÍDA DE CARGA CONFIGURÁVEL: 5 MODOS DE CONTROLE DISPONÍVEIS - IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO DO SISTEMA (12 V OU 24V)	UN - UNIDADE		1,00	1.391,8500	1.391,85
11	50689	PAINEL SOLAR, PARA SISTEMAS DE ENERGIA SOLAR OFF GRID COM BATERIAS OU SISTEMAS CONECTADOS À REDE. AS PLACAS SOLARES NESTA FAIXA DE POTÊNCIA POSSUEM UMA BOA GERAÇÃO DE ENERGIA SENDO UTILIZADAS PARA AMBOS OS TIPOS DE SISTEMAS. ELAS TÊM UMA ÓTIMA RELAÇÃ Detalhamento: PAINEL SOLAR, PARA SISTEMAS DE ENERGIA SOLAR OFF GRID COM BATERIAS OU SISTEMAS CONECTADOS À REDE. AS PLACAS SOLARES NESTA FAIXA DE POTÊNCIA POSSUEM UMA BOA GERAÇÃO DE ENERGIA SENDO UTILIZADAS PARA AMBOS OS TIPOS DE SISTEMAS. ELAS TÊM UMA ÓTIMA RELAÇÃO ENTRE PESO, TAMANHO E PRODUÇÃO DE ENERGIA FACILITANDO SUA INSTALAÇÃO EM TODOS TIPOS DE APLICAÇÕES. A OPÇÃO DA TECNOLOGIA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA PARA FORNECER ENERGIA ELÉTRICA É UMA ALTERNATIVA AMIGÁVEL AO MEIO AMBIENTE ECONOMIZANDO INVESTIMENTOS EM COMPARAÇÃO A CONFIGURAÇÃO DE REDE ELÉTRICA DE LONGA DISTÂNCIA, ALÉM DE TER MENORES GASTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA. SUA MODULARIDADE E POUCA QUANTIDADE DE PEÇAS MÓVEIS PERMITE INSTALAÇÃO RÁPIDA EM CURTOS PRAZOS SEM A NECESSIDADE DEDICADA DE GRANDES ÁREAS FÍSICAS. POTÊNCIA DO PAINEL – 280 WP – ESPESSURA DO VIDRO – ALTA TRANSPARÊNCIA DE 32MM COM LIGA DE ALUMÍNIO ANODIZADO	UN - UNIDADE		1,00	1.778,1500	1.778,15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

12	50690	RACK OUTDOOR, RACK PARA INSTALAÇÃO DE REDES DE TELECOM E INFORMÁTICA PARA AMBIENTES EXTERNOS, UTILIZADO PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMO SERVIDORES, NOBREAKS, SWITCHS, PATCH PANELS, CENTRAIS DE ALARME E TELEFÔNICAS, DVRS DENTRE OUTROS. PORTA FRON Detalhamento: RACK OUTDOOR, RACK PARA INSTALAÇÃO DE REDES DE TELECOM E INFORMÁTICA PARA AMBIENTES EXTERNOS, UTILIZADO PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMO SERVIDORES, NOBREAKS, SWITCHS, PATCH PANELS, CENTRAIS DE ALARME E TELEFÔNICAS, DVRS DENTRE OUTROS. PORTA FRONTAL LISA; ESTRUTURA MONOBLOCO SOLDADA EM AÇO GALVANIZADO; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA TEXTURIZADA EPÓXI BEGE; PEDESTAL PARA FIXAÇÃO EM SOLO; SISTEMA DE VENTILAÇÃO FORÇADA COM PLACA CONVERSORA E 4 COOLERS EXTENSÍVEL ATÉ 12; ALOJAMENTO PARA 4 BATERIAS 60A/H; FECHADURA TETRA COM 3 PONTOS DE TRAVAMENTO; PORTAS LATERAIS REMOVÍVEIS COM TRAVAS INTERNAS; AJUSTES PARA BARRAS DE PORCA GAIOLA;	UN - UNIDADE	1,00	5.923,0000	5.923,00
9	50691	DUPLEXADOR, UM DUPLEXADOR DE RF PERMITE A LIGAÇÃO DE UM TRANSMISSOR E UM RECEPTOR DE UMA REPETIDORA EM UMA MESMA ANTENA SEM QUE HAJA DEGRADAÇÃO NA QUALIDADE DO SINAL RECEBIDO. AO CONTRÁRIO DA SOLUÇÃO DE DUAS ANTENAS, A UTILIZAÇÃO DE UM DUPLEXADOR GAR Detalhamento: DUPLEXADOR, UM DUPLEXADOR DE RF PERMITE A LIGAÇÃO DE UM TRANSMISSOR E UM RECEPTOR DE UMA REPETIDORA EM UMA MESMA ANTENA SEM QUE HAJA DEGRADAÇÃO NA QUALIDADE DO SINAL RECEBIDO. AO CONTRÁRIO DA SOLUÇÃO DE DUAS ANTENAS, A UTILIZAÇÃO DE UM DUPLEXADOR GARANTE QUE A ÁREA DE COBERTURA DA RECEPÇÃO E TRANSMISSÃO SEJA A MESMA EM RELAÇÃO A DUAS ANTENAS, SENDO A ISOLAÇÃO ENTRE O RECEPTOR E TRANSMISSOR SUFICIENTE PARA UM BOM DESEMPENHO DO RECEPTOR. ALÉM DISSO, A INSTALAÇÃO NA TORRE SE TORNA MUITO MAIS SIMPLES COM APENAS UMA ANTENA E UM CABO. FAIXA DE FREQUÊNCIA 148 A 163 MHZ - SEPARAÇÃO 4,6 MHZ - POTÊNCIA 70W - FAIXA DE FREQUÊNCIA: 148 A 163 MHZ - SEPARAÇÃO DE FREQUÊNCIA: 4,6 MHZ - PERDA POR INSERÇÃO:MÁXIMO DE 1,0 DB (TXANT/RXANT) - VSWR DE ENTRADA: MENOR QUE 1.5:1 (18DB S11) - IMPEDÂNCIA: 50 OHMS - POTÊNCIA DE ENTRADA: 70 WATTS MÁXIMO - NÚMERO DE CAVIDADES: 6 - CONECTORES ANTENA: N FÊMEA OU U FÊMEA COM ADAPTADOR - RX: N FÊMEA TX: N FÊMEA - ISOLAÇÃO (REJEIÇÃO): MÍNIMO DE 90 DB (TXRX) - SUPRESSÃO DE RÚIDO:MÍNIMO DE 90 DBC - TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: - 30°C A 60°C	UN - UNIDADE	2,00	8.800,0000	17.600,00
2	50692	EQUIPAMENTO QUE FAÇA A COMUNICAÇÃO ENTRE O CELULAR, E O RÁDIO DIGITAL OU ANALÓGICO, ATRAVÉS DA REPETIDORA (VIA APLICATIVO PRÓPRIO FORNECIDO JUNTAMENTE COM O APARELHO), FACILITANDO A COMUNICAÇÃO ENTRE OS SETORES INTERESSADOS. EQUIPAMENTO QUE CONTENHA Detalhamento: EQUIPAMENTO QUE FAÇA A COMUNICAÇÃO ENTRE O CELULAR, E O RÁDIO DIGITAL OU ANALÓGICO, ATRAVÉS DA REPETIDORA (VIA APLICATIVO PRÓPRIO FORNECIDO JUNTAMENTE COM O APARELHO), FACILITANDO A COMUNICAÇÃO ENTRE OS SETORES INTERESSADOS. EQUIPAMENTO QUE CONTENHA INTERFACÊ PRÓPRIA COMPATÍVEL COM A REPETIDORA A SER INSTALADA. A QUANTIDADE DE DOWLOADS DEVE SER ILIMITADA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.	UN - UNIDADE	1,00	9.988,3300	9.988,33
10	50710	GONDOLA PARA ANTENA Detalhamento: GONDOLA PARA ANTENA	UN - UNIDADE	3,00	1.657,8600	4.973,58
6	50711	CONECTOR N MACHO CELLFLEX ½ POLEGADAS Detalhamento: CONECTOR N MACHO CELLFLEX ½ POLEGADAS	UN - UNIDADE	2,00	208,0000	416,00
14	50712	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE SISTEMA DE REPETIDORAS VHF Detalhamento: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE SISTEMA DE REPETIDORAS VHF	UN - UNIDADE	1,00	6.430,0000	6.430,00

Total: 140.663,68

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**



2.1 A vigência da Ata será de 01 (um) ano, contado da data de publicação, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, desde que comprovado a vantajosidade dos preços registrados.

2.2 Os prazos desta Ata serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, bem como a renovação de suas quantidades quando de eventual prorrogação da vigência.

2.4 A Administração não poderá contratar o objeto deste instrumento quando o fornecedor tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO**

3.1 A Administração elaborará pesquisa de mercado, mediante provocação do fiscal da ata de registro de preços, a cada 180 (cento e oitenta) dias, a fim de ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2 De posse da pesquisa realizada, o fiscal deverá encaminhar seu resultado ao órgão gerenciador seja para ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata ou notificar o fornecedor para rever os preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado.

3.3 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado verso os preços registrados, cabendo à Administração, através do órgão gerenciador, convocar o fornecedor para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4 Caso o fornecedor não aceitar a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, cabendo a Administração convocar, dentro da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

3.6 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, cabendo ao órgão gerenciador, a análise e deliberação a respeito do pedido.

3.7 Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas



previstas em lei e no edital.

3.8 Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração Pública poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

3.9 Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.10 Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

3.11 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.12 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

3.13 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

3.14 O registro do fornecedor será cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão (s) participante(s).

3.15 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente comprovados e justificados.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Campo Novo do Parecis, por meio de sua Secretaria solicitante, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTOS**



- a) A entrega dos equipamentos bem como a instalação do sistema deverá ser feita em até 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado pelo contratante, sem nenhum custo adicional;
- b) Todos os itens devem possuir registro na ANATEL ou órgãos de liberação específico, e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses;
- c) A entrega do produto deverá ser realizada no seguinte endereço: Avenida Mato Grosso, nº 66NE – Centro, Campo Novo do Parecis/MT, de segunda a sexta-feira, das 07h:00min às 11h:00min e das 13h:00min às 17h:00min, para que seja patrimoniado e devolvido para a empresa realizar a montagem em local específico.
- d) A empresa vencedora terá a responsabilidade total não só sob a qualidade e integridade dos equipamentos fornecidos, mas também, a sua instalação, regulagem e configuração nas faixas de frequência VHF utilizadas pela Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis bem como pelo SAMU, Serviço Móvel de Atendimento de Urgência da Cidade.
- e) A empresa, obrigatoriamente fará a montagem da Repetidora em torre de aproximadamente 80 metros de altura, sendo que todo o custo desta instalação é de responsabilidade da empresa, bem como o uso de mão de obra qualificada dentro das normas de segurança para tal serviço, visto se tratar de parte do trabalho em altura.
- f) O Fornecedor deverá entregar a quantidade que for solicitada, não podendo o mesmo alegar que deverá ser carga fechada, ter pedido mínimo (referente à quantidade de cada item) ou qualquer outra questão referente a quantidade;
- g) Toda e qualquer entrega fora do local e/ou fora das especificações estabelecidas neste instrumento fará com que a Contratada seja notificada por escrito, a qual ficará obrigada a recolher/substituir os mesmos, em até 24 (vinte e quatro) horas, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal recolhimento/substituição.
- h) Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados, cabendo à contratada o seu descarregamento e alocação em local indicado pelo agente que for receber o produto.
- i) A falta de quaisquer produtos, ou pedido de desistência, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou suspensão de sua entrega, sujeitos a penalidades prevista neste instrumento.
- j) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito da qualidade e eventuais substituições.
- k) O recebimento dos produtos estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, embalagens e instruções, cabendo à verificação ao representante da CONTRATANTE
- l) O não cumprimento dos prazos deste edital e daqueles acordados com o fiscal do contrato poderá ensejar a instauração de procedimento administrativo com vistas à punição da empresa pelo descumprimento contratual, com fulcro na Lei 14.133/21 e nas disposições pactuadas.
- m) O produto estará sujeito à aceitação de suas respectivas secretarias, o qual caberá o direito de recusar, caso o (s) produto (s) e material (ais) não esteja (am) de acordo com o especificado.
- n) Os produtos recusados deverão ser regularizados ou substituídos até 05 (cinco dias) após a notificação.
- o) No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos nos produtos, fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada, bem como o serviço de manutenção do conjunto em um prazo máximo de 30 minutos.
- p) A empresa, estará obrigada a fornecer manutenção dos equipamentos pelo período de 12 meses, sendo de sua responsabilidade sanar quaisquer anormalidades de funcionamento do sistema no tempo máximo de 30 minutos após a solicitação feita pelo responsável da Prefeitura



Municipal de Campo Novo do Parecis, via whatsapp ou ligação telefônica, a qualquer hora do dia ou da noite, de segunda a segunda feira. Tal medida é necessária visto que este equipamento será usado para serviço prioritário de atendimento de emergências através do SAMU, Serviço Móvel de Atendimento de Urgência, serviço este, considerado essencial.

q) O fornecedor deverá informar a Secretaria solicitante da ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possa atrasar ou impedir o fornecimento dos produtos, dentro do prazo previsto de no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

r) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

s) Nos termos de art. 3 combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 - Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

## **CLÁUSULA SEXTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

6.1 O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos produtos efetivamente entregues, constando a quantidade e o valor, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, de acordo com a ordem cronológica de pagamento a fornecedores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

6.2 A Nota Fiscal / fatura deverá ser apresentada já com as deduções tributárias legais incidentes.

6.3 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

6.4 Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do "SIMPLES";

6.5 Em sendo optante do "SIMPLES" o fornecedor deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

6.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 meses, devendo o fornecedor apresentar à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8 Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

6.9 Em caso de atraso superior à 30 dias, no pagamento das faturas, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, tem como base a média da cesta de Índices Oficiais sendo



eles INPC, IPCA, IPCDI e IGPM, referente ao mês de inadimplemento.

6.10 A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente na Administração Pública Municipal.

6.11 Para realização dos pagamentos, o fornecedor deverá manter as condições de habilitação prevista neste instrumento;

6.12 Em hipótese alguma é permitida a antecipação de pagamento por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

6.13 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às eventuais multas e/ou indenizações devidas pelo fornecedor.

6.14 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao fornecedor será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

6.15 Não será admitido o pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

6.16 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade do fornecedor.

6.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública.

6.18 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor, será providenciado sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração Pública deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.20 Qualquer irregularidade ou falta de apresentação de certidões o prazo do item 6.1 somente se iniciará com a devida regularização das pendências.

## **CLÁUSULAS SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1 São obrigações da Administração Pública

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;

b) Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o bem;

c) Receber e acompanhar a entrega dos produtos, nos prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;

d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos entregues provisoriamente com as especificações constantes neste instrumento, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

e) recebimento provisório dar-se-á pelo Agente Fiscalizador, por meio de seu responsável ou a quem o mesmo delegar essa função, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;



- f) Receber provisoriamente, conforme dispõe o inciso II, letras “a” e “b” do artigo 140 da Lei 14.133/21, será em até 05 (cinco) dias para efeito de verificação de conformidade com a especificação do estudo técnico preliminar e termo de referência;
- g) Receber definitivamente em até 05 (cinco) dias após a verificação da conformidade e qualidade do produto e conseqüente aceitação;
- h) Comunicar o fornecedor contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto entregue, para que seja alterado, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- i) Fiscalizar a entrega do objeto licitado;
- j) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos bens/produtos;
- k) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor contratado, por meio de servidor especialmente designado;
- l) Efetuar o pagamento ao fornecedor contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;
- m) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
- n) Aplicar ao fornecedor contratado as sanções previstas na lei, Decreto Municipal 56/2023 e neste instrumento;
- o) Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- p) Notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- q) Caberá ao Contratante receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;
- r) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, seja por meio de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7.2 Obrigações da contratada:

- a) Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- b) Efetuar a entrega do objeto de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes neste instrumento;
- c) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- d) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- e) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- f) Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste instrumento, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando o CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- g) Será responsável pelo fornecimento dos bens dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Contratante;



- h) A adjudicatária será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- i) Obrigar-se-á em um prazo máximo de 03 (três) dias, contados da entrega do produto, solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;
- j) O recebimento provisório, conforme dispõe os §§ 2º, 3º do artigo 140 da Lei 14.133/21, será em até 10 (dez) dias para efeito de verificação de conformidade com a especificação do termo de referência;
- k) O recebimento definitivo será em até 05 (cinco) dias após a verificação da conformidade, qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;
- l) O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material;
- m) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes - carrego e descarrego - decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para o Município;
- n) O FORNECEDOR deverá informar à Secretaria Municipal de Administração da ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possa atrasar ou impedir o fornecimento dos produtos, dentro do prazo previsto de no máximo 24 (vinte e quatro) horas;
- o) Efetuar a entrega dos equipamentos e materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Secretaria Municipal solicitante, conforme consta neste instrumento, em estrita observância das especificações técnicas do presente Termo e da Proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando o detalhadamente as indicações de marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia/validade;
- p) Substituir os produtos que apresentarem defeito de fabricação, de acordo com o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor, ou ainda, quando acondicionado de forma indevida, ficar imprestável para o uso;
- q) A contratada será responsabilizada por prejuízos havidos na execução do objeto contratado mesmo após o término de sua duração;
- r) Responsabilizar-se por eventuais despesas quanto ao envio dos materiais para troca, no caso dos referidos não atenderem as especificações;
- s) A empresa deverá manter, durante toda a execução desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (tributos federais: INSS, PGFN, FGTS, Tributos Estaduais, Municipais e outras solicitadas) e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 92, XVI, da Lei 14.133/21
- t) É responsabilidade do fornecedor todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;
- u) Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- v) Todas e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o



valor correspondente.

w) O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

x) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art.124, II, d, daLeinº14.133, de2021.

### **CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 As despesas necessárias para execução do objeto desta ata de registro de preços serão cobertas com recursos provenientes das dotações orçamentárias de cada órgão ou entidade participante.

### **CLÁUSULA NONA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

9.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal, Estadual ou Distrital que não participaram do procedimento de Intenção do Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

9.9.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e

9.9.3 Consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.9.3.1 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.9.3.1.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.2 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.3 O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.5 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA**

10.1 A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as



cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A ata de registro de preços será acompanhada por um fiscal cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais da ata, como: instruir o processo com toda a documentação relativa à execução/fornecimento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.3 A ata de registro de preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.4 Após a assinatura da ata de registro de preços o fiscal em conjunto com o gestor elaborará o plano de fiscalização da execução do objeto que terá como referência o Edital e a presente a ata de registro de preços e constará as estratégias de execução e fiscalização do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.5 A execução do objeto contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) os resultados alcançados em relação a Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e
- c) a satisfação do público usuário, quando cabível.

10.6 O fiscal deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que o fornecedor:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.7 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.8 O produto será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto está condizente com a fatura, com as informações na embalagem, com o previsto na Ata de Registro de Preços ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o produto está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro do prazo de validade do produto.

10.9 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.10 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco), a contar da notificação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.11 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, conferência da autenticidade da Nota Fiscal e suas certidões negativas fiscais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



10.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratual.

10.13 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14 O Fiscal indicado para a presente ata de registro de preços será designado por portaria.

10.15 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo este informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa Moratória;
- c) Multa Compensatória;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;



- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n. 56/2023.

11.5 Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

- a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.6 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, observando-se os seguintes parâmetros:

11.6.1 de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, para aquele que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.2 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, em caso de:

- a) Recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.3 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

- a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 6º do Decreto Municipal 56/2023;
- b) Inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 8º do Decreto Municipal 056/23;

11.6.4 - De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.5 - De 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;



- b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7 A multa moratória e a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

11.7.1 - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

11.7.2 - 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.3 - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7.5 Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.8 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,



quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:

g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

11.8.1 As penalidades descritas no caput do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços;

11.8.2 A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme art. 529, §2º do Decreto Municipal 056/23.

11.8.3 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.

11.9 A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 604 do Decreto Municipal 056/23.

11.10 O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

11.11 A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.12 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no caput do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a.1) Pena - de três anos até quatro anos.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

b.1) Pena - de três anos até seis anos.

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

c.1) Pena - de três anos até seis anos.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:



d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

11.13 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

11.14 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.15 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica

11.16 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal 56/2023.

11.17 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão, conforme Decreto Municipal 56/2023.

11.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.19 A aplicação das sanções previstas no itens acima admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal 56/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

12.4 Incumbirá à Administração Pública divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, assim como no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

12.5 Fica eleito o foro da Comarca de Campo Novo do Parecis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam a presente Ata em 02 vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no arquivo passivo administrativo.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CAMPO NOVO DO PARECIS - .**

**RAFAEL MACHADO**

**Ordenador(a) de Despesa**

---

**ISABELA COSTA DAINESI**

**ISABELA COSTA DAINESI**

---

JULIANO OLEJAS

PORTARIA Nº 0/0

---

DIEGO HENRIQUE BORCHARDT

SUPLENTE